

Insolvência Empresarial no Sistema Luso-Brasileiro

Jean Carlos Fernandes



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Jean Carlos Fernandes.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Tales Leon de Marco
(Sobre imagem de Sxc.hu)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



D' PLÁCIDO
EDITORA

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Fernandes, Jean Carlos.

Insolvência Empresarial no Sistema Luso-Brasileiro -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-007-3

1. Direito Comercial 2. Falência de empresas 3. Insolvência I. Título II. Direito Comercial III. Insolvência Empresarial

CDU349

CDD 342.2

Sumário

| | |
|---|----|
| Prefácio | 11 |
| Apresentação | 15 |
| 1. Introdução | 17 |
| 1.1. A interlocução entre Direito, Economia e Judiciário no sistema de insolvência empresarial..... | 17 |
| 1.2. A distribuição dos riscos e a necessária simetria de informações na insolvência empresarial..... | 18 |
| 1.3. Os objetivos de um sistema de insolvência empresarial eficiente..... | 20 |
| 1.4. O papel do Judiciário em um ambiente de insolvência empresarial..... | 26 |
| 2. O regramento dogmático da recuperação judicial de empresas no direito brasileiro | 29 |
| 2.1. Os destinatários do regime recuperacional brasileiro..... | 29 |
| 2.2. A recuperação judicial ordinária..... | 34 |

| | |
|---|----|
| 2.3. A recuperação judicial simplificada para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)..... | 47 |
| 2.4. A recuperação extrajudicial..... | 51 |
| 2.5. As posições particularizadas de alguns credores na recuperação judicial de empresas..... | 56 |
| 2.5.1. O disposto no § 5º do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005..... | 56 |
| 2.5.2. Os créditos decorrentes de adiantamento a contrato de câmbio para exportação..... | 61 |
| 2.5.3. A disciplina dos créditos fiscais na recuperação judicial de empresas..... | 65 |
| 2.5.4 O credor titular da posição de proprietário fiduciário na recuperação judicial da empresa: uma análise da cessão fiduciária de títulos de crédito (trava bancária) e a posição do Superior Tribunal de Justiça..... | 71 |

3. A delimitação do princípio da preservação da empresa no regime de recuperação de empresas instaurado no direito brasileiro e a experiência portuguesa.....

| | |
|---|-----|
| 3.1. Questão de ordem: o conteúdo normativo dos princípios..... | 79 |
| 3.2. Premissas desafiadoras..... | 84 |
| 3.3. Primeira premissa: a recuperação da empresa viável em crise e o princípio da preservação da empresa..... | 87 |
| 3.4. Segunda premissa: falência célere e eficiente no pagamento dos credores e na preservação produtiva dos bens do devedor insolvente..... | 104 |

| | |
|---|------------|
| 3.5. Terceira premissa: a conciliação de múltiplos interesses no sistema de insolvência empresarial, respeitando-se as garantias creditícias..... | 116 |
| 3.6. O modelo português e a mudança de paradigma..... | 126 |
| Conclusões..... | 137 |
| Bibliografia..... | 141 |